



Uma sociologia “não clássica” do trabalho: entrevista com Enrique de la Garza Toledo

A non-classical sociology of work: interview with Enrique de la Garza Toledo

Felipe Rangel^a; Fernando Ramalho Martins^b

Apresentação

Enrique de la Garza Toledo é professor da *Universidad Autónoma Metropolitana* do México e considerado um dos maiores pesquisadores na área de Sociologia do Trabalho no México e na América Latina. Entre os mais de quinze livros e centenas de artigos publicados¹, ofereceu importantes contribuições para o debate sobre industrialização, organização coletiva e as especificidades do trabalho na América Latina.

Nesta entrevista, concedida com generosa disponibilidade, Enrique de la Garza Toledo aborda temas que versam sobre aspectos teóricos de sua própria produção acadêmica, assim como questões relativas ao momento atual e expectativas acerca do capitalismo contemporâneo.

Entrevistadores: Já há alguns anos você vem discutindo o conceito de “trabalho não clássico”, como uma forma de expandir os estudos sobre trabalho. Qual foi o seu contexto de surgimento? E quais suas implicações para a sociologia do trabalho contemporânea?

Enrique de la Garza Toledo: Nos últimos anos, uma das temáticas que temos abordado se refere ao “Trabalho não Clássico”, para nos referirmos ao trabalho interativo (face a face ou em forma virtual), com participação do cliente na geração de serviços e intercâmbios simbólicos entre este e o empregado, ou a produção eminentemente de símbolos objetivados. Sobre esses tipos de trabalho, outros cunharam os conceitos de Trabalho Imaterial, emocional, estético, que se relacionam com o trabalho não clássico, mas não são idênticos. Isto é, iniciou-se como uma intenção de abordagem de um tipo de trabalho, como os mencionados, mas, no caminho, pensamos que o trabalho clássico seria, talvez, um caso do trabalho não clássico. A única diferença, a princípio, seria a não inclusão no primeiro do cliente envolvido diretamente no processo produtivo. Porém, posteriormente tratamos de incluir o cliente também de forma indireta no trabalho não clássico, quando reconstruímos a configuração produção-circulação-consumo. Ou seja, ampliando a unidade de análise da produção e as articulações com circulação e consumo. Então, o cliente aparece interagindo com o vendedor ou em outros serviços, como os centros de atendimento ao cliente e os caixas de banco. Com essa ampliação, efetivamente, o trabalho não clássico pode ser um tipo de trabalho, mas também um enfoque que pode ser

¹ Muitas das publicações do autor estão disponíveis online: <http://sgpwe.izt.uam.mx/pages/egt/>

^a Doutorando, Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Membro do Grupo de Estudos Trabalho em Mobilidades - GETM, São Carlos, SP, Brasil. Contato: feliperangelm@gmail.com

^b Professor Assistente Doutor, Universidade Estadual Paulista - UNESP, Araraquara, SP, Brasil. Contato: fernandomartins@fclar.unesp.br



transportado para o clássico. A pedra de toque é ver a relação de trabalho com uma dimensão econômica, outra política (poder-controle) e outra cultural-subjetiva (intercâmbio e construção de significados, não necessariamente homogêneos, posto que essas interações são cruzadas por interesses e pelo poder). Em poucas palavras, a relação social de produção ou de circulação com um caráter caleidoscópico, é, ao mesmo tempo, econômica, política e cultural-significativa. Essa ampliação do conceito de trabalho implica reconhecer no âmbito significativo a intervenção de códigos morais, cognitivos, emocionais, estéticos e a intervenção de formas de racionalidade cotidianas (metáforas, hipergeneralizações, princípios de autoridade, etc.), formando configurações (não sistemas, com contradições e causalidades, funcionalidades).

Nosso ponto de partida para abordar essa apaixonante problemática foi teórico e empírico, as abordagens do fim do trabalho que vieram primeiro com os pós-modernos, em que a nova heterogeneidade das ocupações impediria a constituição de identidades amplas, e, posteriormente, as abordagens de Bauman e Sennett, nas quais essas identidades não poderiam se conformar, mas agora pela fluidez, curta duração das ocupações, com trajetórias laborais descontínuas, fragmentárias, que impediriam a constituição de comunidades de trabalho estáveis. Nossa primeira impressão dessas afirmações é que acabavam sendo muito redutíveis e limitadas, em todo caso pretendiam dar conta do retrocesso que mundialmente tem ocorrido no movimento operário. No entanto, a resposta não deveria ser puramente ideológica, mas investigando empiricamente e refletindo teoricamente acerca dos trabalhos fluidos. Para isso, optamos por investigar os mais fluidos, os informais dos pequenos negócios, em que os proprietários trabalham com alguns membros de suas famílias, comumente não assalariados, e alguns assalariados (vendedores ambulantes no metrô, taxistas, motoristas de ônibus, etc.), posteriormente incluímos trabalhadores formais em serviços ocupacionalmente fugazes, como nos supermercados e call centers.

Tratava-se de investigar as suas formas de trabalhar e se chegavam a criar identidades coletivas. Essa pergunta nos levou a revisar teorias sobre a identidade, percebemos que esse conceito não havia sido importante para na Teoria Social até a década de 1970, no calor dos movimentos estudantis e, posteriormente, feministas, gays, ecológicos, etc. (novos movimentos sociais). Só então foram solidificadas duas grandes perspectivas iniciais sobre a identidade, que se complexificaram a partir da década de 1980: o paradigma da identidade e as teorias da mobilização de recursos. A primeira era muito subjetivista, visto que argumentava que se entrava no movimento social para gerar identidade; a segunda era uma variante das teorias da ação racional, ou seja, a identidade não era mais que um recurso que se mobilizava para adquirir melhor posição no jogo e maximizar os benefícios. Nenhuma nos satisfazia por motivos teóricos, primeiro porque uma racionalidade de maximização ignorava que a subjetividade poderia incluir emoções, sentidos estéticos e morais, interiorizados pelos atores e não simplesmente atuados, ou usados como recursos para melhorar o jogo. Ou seja, o conhecimento de algumas das disputas centrais na Teoria Social, na época da crise do positivismo, dos estruturalismos, com a emergência da hermenêutica, nos serviu para fazermos perguntas, mais do que ter respostas concretas, sobre se nos informais que analisávamos se geravam processos identitários relacionados com seu trabalho.

Além das discussões teóricas, constava na nossa problematização o fato de que o movimento operário em geral não havia conseguido resistir à ofensiva neoliberal, até porque haviam sido derrubadas suas duas grandes utopias, a do comunismo e a do socialismo.

A problematização implicou darmos conta de que, apesar das teses da fragmentação pelos trabalhos não estáveis, nos países desenvolvidos a maioria seguia sendo assalariada e estável, e de que no passado a classe trabalhadora foi uma grande força política que mudou governos, leis e fez revoluções, não obstante ser heterogênea. Também, o que se queria dizer com identidade coletiva, porque isso poderia ser com relação ao trabalho, ou seu produto como no artesanato,



mas também com a comunidade de trabalhadores, apesar de rejeitar o trabalho bem como sua organização, por exemplo, os sindicatos. Por outro lado, as teses de Bauman resultavam em uma visão estruturalista, as posições em estruturas ocupacionais semelhantes permitiriam a identidade dos trabalhadores contíguos, o que poderia ser criticado como qualquer teoria que postule que as posições nas estruturas, neste caso ocupações semelhantes, resultam em identidade. Como a identidade poderia ser considerada como uma forma de subjetividade, de criação de sentido coletivo de pertença, logo resultava pouco aceitável nos anos 1990 que a posição estrutural explicaria por si só a identidade ou sua ausência. Além disso, com as teorias recentes dos movimentos sociais, era preciso considerar que a identidade poderia surgir no calor do próprio movimento social, sem que o surgimento deste implicasse de antemão uma sólida identidade.

Ao haver escolhido trabalhadores informais dos serviços presumivelmente precários tratamos de decidir através de qual conceito ordenador seria mais pertinente iniciar o processo de reconstrução. Começamos pelo conceito de trabalho atípico, popular na Europa nessa época, mas a insistência na falência dos direitos não cumpridos para os trabalhadores nos parecia insuficiente, primeiramente porque nossos sujeitos provavelmente nem sequer estavam inteirados dos seus possíveis direitos, se é que os tinham (a lei trabalhista mexicana não contempla direitos trabalhistas para não assalariados). Da mesma forma, fomos descartando o conceito de trabalho informal, o de não estruturado, precário, etc. Inicialmente, chamamos esses trabalhos de “outros trabalhos”, na falta de um conceito mais analítico. Neste caminho, decidimos sobre o ângulo de análise do trabalho. Não consideramos central o enfoque sociodemográfico, nem o da regulação das relações laborais, mas o do processo de trabalho. Ver o trabalho pelo processo de trabalho é vê-lo como atividade, isto é, em relação com meios de produção e em interação e intercâmbios de significado entre os agentes da produção. Quando o vemos no concreto, como no comércio de rua, concluímos que a interação é entre trabalhadores, participa no pequeno negócio a família e algum assalariado, mas também o cliente. Como se trata do espaço público, podem intervir outros agentes que não tem relação com a compra e venda direta de uma mercadoria, como diversos fiscais das autoridades, vizinhos, transeuntes e outros vendedores. Tratava-se de estudar empiricamente e refletir teoricamente sobre como se davam as relações entre todos esses e se essas relações com seus significados contribuíam para a identidade ou fragmentação. Ou seja, primeiramente era preciso estudar sobre quais estruturas se encontravam realizando seu trabalho, a pressão destas a favor ou contra a possibilidade de identidade, a análise do processo de trabalho e suas relações sociais com diferentes agentes e os intercâmbios de significado gerados.

Claro que nossas conclusões não valiam só para os informais, normalmente os grandes call centers não são informais, nem os caixas dos bancos, nem os trabalhadores dos centros de atendimento ao cliente em telecomunicações. Isso quer dizer que o conceito de trabalho não clássico não equivale a trabalho informal, ainda que possam haver informais não clássicos, tampouco é igual a trabalho em serviços; partes do trabalho industrial, de desenho, marketing, pode ser não clássico.

Entrevistadores: Pensando no conceito de trabalho não clássico como um enfoque analítico, não só como um tipo de trabalho específico, no que a abordagem através desse enfoque pode nos ajudar a entender os trabalhos clássicos, mas agora reconfigurados? Tendo em vista que muitas características dos trabalhos não clássicos estão presentes, como o trabalho interativo, o trabalho em células dentro das fábricas, o trabalho em rede, a exigência de novas qualificações, como ser flexível, móvel, criativo, empreendedor, etc.



Enrique de la Garza Toledo: O conceito de trabalho não clássico deve ser considerado como um conceito ampliado, tanto no nível da valorização como no nível do processo de trabalho. Desde este último nível, era preciso pensar em ampliar, como mencionamos, o conceito do que é trabalhar e quem trabalha, do que é produto, mas também o do controle sobre o trabalho. Ao estar o trabalhador não clássico em interação com não assalariados (o cliente, mas também podem ser outros atores, dependendo de qual trabalho se trate), estes também exercem controle sobre o trabalho do assalariado, além do patrão. Nessa medida, impacta-se também sobre o conceito de relação trabalhista – entendida estritamente como relação social de produção – que no clássico ficou reduzida, quando se trata de trabalho assalariado, à relação do capital com o trabalho, mas no não clássico essa relação pode ser triádica (inclusão do cliente) ou poliádica (com intervenção de outros agentes, favorecendo ou dificultando o trabalho); e sobre o conceito de construção social da ocupação, que não depende só de quem quer trabalhar e de quem precisa de trabalhadores, (oferta e demanda de trabalho), porque podem intervir outros atores, redes sociais, além da própria subjetividade dos que interagem. Finalmente, a imbricação dos espaços de relações postas em jogo ao mesmo tempo em que se trabalha pode requerer “conceitos dobradiças” que deem conta desses espaços, uma vez que não aparecem segmentados nem espacial nem temporalmente.

Em última instância, o conceito de trabalho não clássico pode ser mais que um tipo de trabalho, um enfoque de análise. O enfoque implica que a relação de trabalho é em parte econômica, mas também política (controle) e cultural-significativa. Isto é, interação com significados, a construção de significados não é exclusiva de alguns trabalhos, mas de todos. Embora seja certo que o outro componente do trabalho não clássico, o trabalho do cliente, não se dá em todo o processo imediato de produção. Na produção articulada com a circulação e o consumo, o cliente aparece, às vezes, puxando a produção, como na investigação que acabamos de terminar sobre as transnacionais: o cliente da mercearia da empresa Bimbo, assim como o cliente que interage com empregados das companhias de telecomunicações, trabalham em articulação com os departamentos de produção, através do sistema informático, e puxam as vendas para a produção em tempo real.

Entrevistadores: O conceito de Nova Informalidade poderia ser pensado da mesma forma, não apenas como uma tipologia de trabalho, mas como um enfoque de análise? Na medida em que permite a complexificação da análise do trabalho informal, menos vinculada ao estigma do subdesenvolvimento e pensada em intensa relação e funcionalidade com o que se considera formal.

Enrique de la Garza Toledo: O conceito de informalidade, historicamente, transitou por quatro etapas principais:

- 1) A da missão da OIT no Quênia, que cunhou um conceito próximo ao modelo de produção mais atual para se referir àqueles estabelecimentos com facilidade de acesso, ao não haver requisitos formais para se instalar; que funcionam com recursos escassos; de propriedade familiar; em pequena escala; que utilizam mão de obra intensiva e tecnologias adaptadas; em que a qualificação da mão de obra não se adquire no sistema educativo formal, mas na prática; funcionando em mercados não regulados e não competitivos. Esta definição, que do nosso ponto de vista foi a mais complexa da história do conceito, tinha desvantagens para aqueles que buscam apenas definições operacionais – que segundo a proposta positivista, deveriam ser diretamente observáveis e quantificáveis –, implicava ambiguidades nas variáveis de definição do fenômeno: pequena escala, mercados não regulados, recursos escassos, facilidade de acesso, etc. Nessa medida, frente à tensão sociodemográfica de poder medir com precisão e representatividade, transitou-se para a segunda grande definição.

- 2) Setor informal. Conjunto de negócios de produção de bens ou serviços não registrados, especificamente que não pagam imposto ao fisco. Sem dúvida que essa definição simplificada poderia ser mais seguramente mensurável, supunha-se que os ministérios da fazenda contariam com registros de quais negócios pagam ou não impostos, ou os da Economia teriam um controle dos negócios registrado. Com relação à definição anterior, o problema foi que, por causa da busca pela precisão estatística, foram esquecidos conteúdos da primeira definição, sobre como seria a forma de produzir (tecnologia, organização, relações de trabalho, tipos de mercado, etc.). De tal forma que no setor informal poderiam caber tanto o micro negócio como grandes que não se registravam, cujas relações de produção eram muito diferentes.
- 3) Relação de trabalho informal. Refere-se àquelas situações em que não se cumprem as leis trabalhistas, ou seja, acentua-se o cumprimento da normatividade do trabalho. Novamente, esta definição era fácil de medir, sobretudo quando se privilegiava um direito trabalhista como o da saúde, por ser trabalhador, e/ou ter direito a uma pensão. De todo modo, padecia dos mesmos defeitos que a segunda, e outros tantos como: não se via, porque analiticamente não se pensava, a relação entre a primeira definição e a segunda; se era importante captar as violações à normatividade do trabalho, normalmente os direitos contidos nas leis eram uma longa lista, e só se privilegiavam um ou dois, sem justificar plenamente porque não incluir os outros ou como considerar uma relação que outorgava cinco direitos e quatro não. Como na primeira definição, tinha a aparência de que o par formal-informal era um conceito de tudo ou nada. Uma complicação adicional se referia a que nem todos os ocupados são assalariados, o que resultava em atribuir aos autoempregados ou que trabalham por conta própria direitos que, por definição, as leis trabalhistas não lhes outorgavam. Outros problemas sucediam com as formas ocultas de assalariamento, como o trabalho por produção ou por comissão, que, às vezes, as leis trabalhistas não protegiam porque não se considerava como relação salarial. De tal forma que as cifras globais de informalidade apareciam muito heterogêneas, por se referir a relações sociais de produção ou de circulação muito diversas.
- 4) A definição da OIT de 2002, uma ampliação, ou melhor, uma somatória das definições 2 e 3. Essa era uma definição ampliada não pela via de pensar em relações sociais de produção comuns, mas pela soma entre negócio não registrado e trabalhadores para os quais não se cumprem as leis trabalhistas. O resultado era uma soma de dois segmentos de trabalhadores, os que trabalhavam em empresas não registradas e aqueles que trabalhavam em registradas, mas que não tinham seus direitos trabalhistas cumpridos. Na aparente melhora da definição estava também a soma dos defeitos dos conceitos 2 e 3. Nem todos os trabalhadores de empresas não registradas estavam fora dos serviços de saúde, e nem todos os trabalhadores sem estes serviços estavam sujeitos a alguma relação trabalhista, por serem proprietários, e havia trabalhadores prestadores de serviço que tampouco estavam sujeitos à legislação trabalhista. Então, por trás estava um ideal, de que todos os direitos de todo tipo de trabalhador deveriam ser os dos chamados trabalhadores típicos – ou seja, empregados com jornada completa, com contrato coletivo, com sindicatos –, aos quais eram outorgados, pelo menos, os benefícios das leis, e se ainda não estavam nessas condições, tendiam a tê-las. De fato, por uma questão de facilidade de medição, estavam sendo justapostos dois universos com relações de produção diversas. Um era o das empresas ou negócios não registrados, que, efetivamente, em termos estatísticos empregavam trabalhadores informais, o outro era o dos negócios formais com trabalhadores informais. Do ponto de vista de estar o negócio registrado ou não, tratava-se de dois universos relativamente separados que se somavam, mas se o interesse era dar conta de relações de trabalho informais (que não se outorgavam os direitos previstos em lei), bastaria definir o negócio desta maneira, o negócio seria formal ou não.

Na visão sociodemográfica, as variáveis que definem o trabalho são as mesmas, independentemente do tipo de relação social de produção. Esta perspectiva permite juntar em um mesmo conceito de trabalho universos que podem ser muito diferentes, posto que as diferenças entre uns e outros não seriam de qualidade, mas de grau, exceto quando as variáveis são dicotômicas – por exemplo, estar inscrito na seguridade social ou não. O restante é descrever a idade, o gênero, a escolaridade, as horas da jornada de trabalho, o salário, se tem férias; em uma força de trabalho já dicotomizada pelo acesso ao serviço de saúde por ser trabalhador ou não, ou por trabalhar em negócios registrados ou não.

Tem-se usado Nova Informalidade para se referir às relações de trabalho informais – sem contrato coletivo, sindicato, segurança no emprego ou nos salários e benefícios e, sobretudo, sem direito à seguridade social e, especificamente, aos serviços de saúde atrelados à condição de trabalhador – como ocorre nas empresas formais. A definição, na verdade, é a segunda parte do conceito ampliado de informalidade proposto pela OIT desde 2002. Trata-se de trabalhadores em relações de trabalho informais em empresas formais, as relações informais em empresas informais já fazia parte do conceito clássico de informalidade. A especificidade não é a falta de direito ao serviço de saúde, situação que já estava presente na informalidade clássica, mas dar-se em um contexto capitalista de formalidade da empresa como negócio. As primeiras definições de informalidade – a do Quênia da OIT, a de setor informal e, inclusive, a de relação de trabalho informal – não acentuaram a nova informalidade, possivelmente porque foram cunhadas em épocas em que o capitalismo de ponta não recorria tão enfaticamente a essa forma de relações sociais de produção. Porém, como o neoliberalismo não se converteu no reinado dos equilíbrios macroeconômicos, pois tem sempre passado por crises recorrentes e cada vez mais graves – 1987, 1996, 2002, 2008 – as empresas, sobretudo as que levam a pauta do desenvolvimento capitalista, cada vez mais tem recorrido ao emprego de trabalhadores precarizados como saída dessas crises e tentativa de recuperar o crescimento, mas agora isso ocorre em grandes empresas formais. No começo, se tratava da precarização através da subcontratação, o emprego por hora ou tempo parcial, o pagamento por produção ou comissão, os contratos probatórios, em atividades complementares às que realmente realizam as empresas, como os trabalhos de vigilância, limpeza, restaurante e transporte. Rapidamente, se estenderam aos serviços produtivos – desenho, comercialização, contabilidade, assessoria jurídica, controle de qualidade – e, finalmente, as formas precarizantes chegaram ao coração dos processos produtivos; às vezes se estendeu a subcontratação aos mesmos através de empresas subcontratadas, mas, sobretudo, por meio de agências de contratação de pessoal – os trabalhadores formalmente aparecem como empregados das agências, ainda que a função destas se reduza à contratação e pagamento do pessoal que é dirigido no processo produtivo pelos supervisores e engenheiros da companhia contratante. Também se tem estendido formas preexistentes de trabalho a tempo parcial, por hora ou por tempo determinado, assim como o pagamento por produção – estes trabalhadores são vistos legalmente como prestadores do serviço trabalho e, portanto, não sujeitos das leis trabalhistas –, o que também ocorre com a contratação de cooperativas de trabalho, também com pagamento por comissão, que é visto como a venda de um serviço. Devem-se acrescentar também os novos contratos de aprendizagem e capacitação.

As formas de trabalho incluídas na Nova Informalidade tem se estendido consideravelmente no mundo capitalista no seio das crises econômicas recorrentes, buscando as empresas diminuir seus custos trabalhistas, que se reflete na queda mundial da participação das remunerações dos assalariados nos valores agregados dos países. Então, a nova informalidade ou relações sociais de produção precarizantes tem significado uma deterioração das condições de vida e trabalho de amplas massas de trabalhadores, tanto no mundo desenvolvido como no subdesenvolvido. A justificação é muito conhecida: em um mundo globalizado, se não houver

vantagens competitivas pode-se ir à falência, com o desemprego como consequência. O problema é que a complexidade que supõe a competitividade enquanto fatores internos à empresa – tecnologia, organização, relações trabalhistas, perfil da mão de obra, culturas –, assim como relações imediatas com o entorno – mercados de trabalho, de capital, de tecnologia, clusters, alianças estratégicas –, bem como com a macroeconomia nacional – relações entre setores da economia, mercados internos, taxas de juros, de câmbio, exportações, marcos institucionais e de atores organizados ou internacionais-globais. Reduz-se essa complexidade a um só fator, diminuir o preço da força de trabalho, o qual, mais que uma premissa intransponível da teoria econômica, é uma decisão política frente à debilidade dos sindicatos, dos marcos normativos menos protetores, resultado da flexibilização do trabalho e de políticas públicas pouco favoráveis aos trabalhadores. Ocorre que enquanto a participação da massa salarial no PIB do México baixou de 34% em 2003 para 26% em 2012, o mesmo aconteceu em boa parte do mundo.

Por outro lado, utilizar o conceito de informalidade para essas novas relações de produção precárias no capitalismo avançado não procede, porque mais do que esta suposta informalidade, se trata de uma nova formalidade precarizante. Logo, nenhum dos trabalhos mencionados na nova informalidade pode se comparar com o do assalariado nos micro negócios. Pelo contrário, as novas relações sociais de produção precárias nas empresas modernas estão formalizadas, mas sua formalização não corresponde aos códigos do trabalho elaborados para outras condições, de certo auge do capitalismo e organizações operárias fortes. Agora, a nova informalidade é correspondente ao período de decadência do movimento operário. Nesse sentido, os trabalhadores subcontratados por grandes empresas estão sim sujeitos a normas trabalhistas, mas normalmente menos protetoras do que os da empresa contratante, que agora contrata trabalhadores do *core* das linhas de produção. Outro tanto poderíamos dizer dos trabalhadores por hora, a tempo parcial ou por temporada, existem legislações que, sem necessidade de ser violadas, contemplam trabalhar dessa forma, como parte da normalidade. Incluindo a contratação por honorários e as cooperativas de trabalho, que não se pode dizer que sejam informais, estando sujeitas às suas próprias normas de direito mercantil. Podemos falar também do trabalho por comissão, em que se podem haver contratos não trabalhistas ou de aprendizagem ou probatórios, correspondentes a tipos de contratos contemplados pelas leis trabalhistas. Todavia, os trabalhadores por conta própria e autoempregados, que não são assalariados, às vezes contam com algumas normas contidas em códigos trabalhistas de alguns países, mas é mais comum estarem sujeitos a normas não trabalhistas de uso do espaço público, de trânsito, de manejo de resíduos, sobre drogas, de tal forma que uma parte dos trabalhadores está registrada e, às vezes, conta com permissão para trabalhar em determinadas condições e com alguns direitos, como o de formar sindicatos.

O problema de ter como parâmetro as condições do trabalho padrão ou típico na era anterior ao neoliberalismo é definir como informal todo tipo de trabalho que não conta com as antigas proteções – chame-se atípico, não estruturado, não decente, excluído, desprotegido, informal –, é naturalizar as relações sociais de produção, quando o capitalismo tem se mostrado um sistema mais dinâmico que os modos de produção anteriores – as condições de trabalho no século XIX não eram as mesmas que no período keynesiano e não são no neoliberal. Logo, não existem condições de trabalho normais ou naturais, estas são construídas historicamente dependendo do comportamento da Economia, mas também das forças das classes sociais principais e do Estado. Isso não é nenhuma desculpa para aceitar as mudanças precarizantes que se tem produzido para os trabalhadores durante o neoliberalismo, mas a afirmação de que a melhoria das condições de vida e trabalho não serão consequência da simples marcha da economia desregulada – sua trajetória no tempo ao longo de uns 30 anos de neoliberalismo é que tem levado para baixo as condições de trabalho –, mas da conjunção de novas concepções acerca da Economia e do Estado – agora possíveis frente ao descrédito da Economia Neoclássica



e das Teorias do Ator Racional – que podem funcionar como ideias-chave na constituição de frentes de atores *losers* do sistema atual, que são a maioria da população.

O enfoque da informalidade, seja na sua forma clássica como na nova, impede, pela sua ênfase operacional quantitativa e grande dependência das pesquisas de emprego, o aprofundamento nas transformações das relações de produção, ao menos nos seguintes sentidos:

- 1) Nunca leva em conta a intervenção do cliente em muitos dos serviços, e o que isso implica nas relações sociais e produção ou de circulação, enquanto controle do processo de trabalho, o conflito no trabalho que introduz um terceiro agente e o caráter do produto que implica a interação simbólica entre trabalhador e cliente.
- 2) As implicações da importância da mera produção de símbolos – software, música, cinema – ou a venda de interações – hospitais, creches – no que se refere ao controle sobre o trabalho, sua possível ou não standardização, o conceito de qualificação.

Isso deveria levar à extensão, nunca contemplada pelo conceito de informalidade, da relação de trabalho com a introdução de um terceiro que não é meu patrão nem trabalhador, que é o cliente. E a transformação do conceito de mercado de trabalho para o de construção social da ocupação, que implica redes, a interações com significados, assim como toda a configuração sociotécnica do processo de trabalho e, no caso, a inclusão do cliente.

Outro defeito do conceito de informalidade é que não destaca a condição de ser assalariado, como aspecto central da relação social de produção. A distinção com o eixo central entre assalariados e quem não o é pode levar ao questionamento de que os da nova informalidade são simplesmente informais, no lugar de assalariados encobertos, como característica do capitalismo atual. Ao mesmo tempo, dificulta reconhecer que uma proporção importante – no México 50% – dos que trabalham no setor informal clássico são assalariados, sujeitos ao paternalismo e à arbitrariedade do pequeno patrão, possivelmente de maneira mais intensa que os da nova informalidade.

Então, a essa altura, o conceito de nova informalidade mais confunde e desvia de problemas centrais do funcionamento do capitalismo do que ajuda a compreendê-los, deve-se reconsiderar sua aplicação a realidades muito heterogêneas. Para estas realidades, o conceito de informalidade não tem potencial de aprofundamento, quando muito de estender-se a outras variáveis empíricas relacionadas com a desproteção. Mais pertinente nos parecem os conceitos de trabalho clássico e não clássico. Trabalho Clássico não seria o tipo ideal nem padrão, mas o que se teorizou a partir do trabalho na indústria clássica: trabalho no espaço fechado da fábrica, com uma jornada padrão, uma divisão formalizada do trabalho, com hierarquias internas precisas, relação de trabalho assalariado, sem intervenção do cliente no processo imediato de produção e voltado para a produção material, não de símbolos nem de interações. Do outro lado, o Trabalho não Clássico não tem porque se assemelhar ao atípico, é o trabalho que implica o cliente no processo produtivo e circulatório e que Marx chamava de produção imaterial, o trabalho em que o produto principal são as interações – cuidado de bebês ou de enfermos – ou, especialmente, os signos – software, música, TV. Os trabalhos não clássicos obrigam a revisar os conceitos clássicos do que é um produto, do que é uma relação laboral, de mercado de trabalho, de qualificação, de jornada de trabalho, de dias de descanso. Isso não significa que os clássicos ou não clássicos não possam se cruzar com variáveis de condições de trabalho e encontrar correlações empíricas diversas, ou vincular com a precariedade, mas se trata de ir a fundo na mudança das relações de produção e, posteriormente, como isso reflete em condições de trabalho, e não o inverso.



Entrevistadores: No texto *Trabajo no clasico y flexibilidad*², publicado em 2013 no periódico Cadernos CRH, você destaca que os serviços ocupam um lugar central nos trabalhos ditos não clássicos, sendo que sua definição vai além da questão do conhecimento, envolvendo outras dimensões que se combinam, tais como emoção e estética. A dimensão do estético é pouco trabalhada na sociologia do trabalho, como essa dimensão poderia ser incorporada de maneira mais substantiva na área?

Enrique de la Garza Toledo: Quando propusemos o conceito de trabalho não clássico, estava na moda falar de trabalho atípico, como aquele em que não se cumprem as normas trabalhistas contidas na legislação de um determinado país – por exemplo, pagamento ao menos do salário mínimo, se havia direito à contratação coletiva, ao direito de greve, etc. Tratava-se de um conceito dentro da família dos conceitos de trabalho informal, não estruturado, inseguro, atípico, não decente, etc., que foram gerados nos anos 1990. Mas o enfoque da maioria deles era sociodemográfico, ou seja, medir a amplitude do trabalho informal, a partir de indicadores quantitativos. Mas essa preocupação de cumprimento das normas mínimas não era nossa ênfase, apesar do diálogo que poderia haver com esse enfoque. Tampouco, as fontes de dados poderiam ser as mesmas. Logo, nosso ponto de partida não era se cumpriam-se ou não certas normas trabalhistas, tampouco se o tipo de trabalho não clássico era majoritário ou não, menos ainda se era isso novidade ou se existia há muito tempo, ou se era formal ou informal. O não clássico era pertinente porque na sociologia do trabalho, e também na economia, o protótipo de trabalho era o industrial, em que se gerava um produto material separado do trabalhador e da sua subjetividade. Este produto podia ser armazenado, revendido e o cliente não participava de sua produção. A imagem deste tipo de trabalho e seus conceitos seguia pesando conceitualmente na sociologia do trabalho, apesar do crescimento dos serviços. Por exemplo, não ficava claro se o conceito de Taylorismo (trabalho cronometrado, medido, simplificado, repetido, estandardizado) criado para a indústria, serviria da mesma forma para os serviços ou se outro conceito poderia substituí-lo.

O trabalho clássico na fábrica, além de produtos físicos materiais, implicava na definição do tempo (jornada de trabalho) e do espaço (entre as paredes da fábrica) nos quais se produzia, claramente diferentes do tempo e espaço da reprodução da força de trabalho na família e no tempo livre. Trata-se, eminentemente, de trabalho maquinizado e assalariado sob o comando do capital (relação entre duas partes, capital e trabalho). Sobre essa base se erigiram a maioria dos conceitos da sociologia do trabalho, do direito do trabalho, da economia, das relações industriais.

Por outro lado, havia muitos trabalhos que não se ajustavam às características do trabalho não clássico: primeiro, os trabalhadores por conta própria, os autoempregados e os não remunerados; segundo, os de muitos serviços, que os economistas caracterizavam simplesmente como de produção de intangíveis, mas não se aprofundava em se os intangíveis estariam também presentes na produção e nos produtos tangíveis (o belo automóvel), se havia mistura no produto entre tangível e intangível, e se tangível (que remete ao tato) seria o mais correto para caracterizar o que é físico – a música como produto seria intangível e física.

Em nosso auxílio, veio Marx, o mesmo que teorizou quase sempre sobre a produção material, produto da revolução industrial. Mas, com a clarividência que o caracterizou em passagens de *El Capital* (1974), *los Grundrisse* (1974b), *la Historia Crítica de la Historia sobre la Plusvalía* (1972), o inédito capítulo IV (1974^a), cunhou o conceito de produção imaterial, para se referir a aquela em que a produção, a circulação e o consumo estão comprimidos em um só ato, como em seu exemplo da peça de teatro ao vivo. Deste exemplo, podem-se extrair mais conclusões,

² Toledo (2013).



primeiro que os produtos imateriais não podem ser armazenados e que não existem fora da subjetividade dos participantes da produção, da circulação e do consumo; segundo, que se trabalha, no caso dos atores de teatro, não necessariamente quando se transforma uma matéria-prima material, mas que pode ser a produção de emoções ou sentidos estéticos; que o produto, como símbolo, pode ser o que se vende e que, portanto, tem um valor, que o público paga por este produto subjetivado, mas este não pode ser revendido e se finaliza na subjetividade do público. Além disso, para a produção do espetáculo é preciso a participação do público, ao menos como receptor não passivo dos códigos subjetivos gerados pelos atores. Ou seja, sem a presença direta do público não se produz o espetáculo, tampouco é gerado com êxito se o espectador não ressignifica os símbolos produzidos pelos atores, de forma que a obra não fracasse. Na incerteza acerca do êxito da produção está imbricado o próprio cliente, no momento da produção, não posteriormente como em qualquer produto capitalista.

Mas produção imaterial deveria se reservar estritamente para casos como os que Marx faz referencia (produção, circulação e consumo se dão em um só ato), não para a produção de símbolos em que o consumidor não intervem no ato da produção e que podem ser armazenados e revendidos, com é o caso do desenho de software. Estas são formas do que chamamos de trabalho não clássico, que existe em paralelo ao clássico e que hoje possivelmente é majoritário, mas que nem sempre foi (nos anos 1950 na Suécia, 80% dos ocupados eram operários fabris). Temos considerado dimensões do trabalho não clássico, que podem se apresentar separadamente ou combinadas, inclusive com o clássico e não clássico.

- a) Trabalho interativo. Todo trabalho é interativo. Trata-se aqui daqueles trabalhos em que se gera e, eventualmente, se vende a própria interação, como o cuidado de bebês em creches. Este supõe gastos com edifício, instalações, materiais de cuidado, força de trabalho, mas que o que se vende não é a simples soma de isso tudo, mas a interação afetuosa dos empregados da creche com o bebê. Este é o componente principal do que se gera e o que se vende, carrega significados incorporados na própria interação. O mesmo ocorre com o concerto de música ao vivo.
- b) A ênfase do que se produz e se vende pode estar nas emoções. As emoções podem ser mercadorias do capitalismo, mas são parte da relação de produção.
- c) O estético – um dos conceitos filosóficos mais difíceis de definir – também podem ser mercadorias, basta pensar em desenhos, pinturas standardizadas ou produzidas em massa. O estético pode estar no produto e fazer parte do seu valor, mas o estético é parte da relação de trabalho e do meio ambiente de trabalho.
- d) A moral também pode ser comprada e vendida, como o discurso do pregador protestante pelo qual o público paga, também está incorporada na relação de trabalho.
- e) E, obviamente, o cognitivo, seja científico ou não. Desde a fórmula para produzir medicamentos até a venda de produtos naturais que incorporam outros saberes.

Os itens a) e e) não significam que esses trabalhos se apresentam em forma pura. De fato, todo trabalho implica tudo isso, mesmo o mais material, mas a ênfase produtiva – o que se oferece no mercado e o que o consumidor busca – permite diferenciá-los relativamente. As dimensões não clássicas podem estar condensadas no produto – o belo automóvel –, mas também formar parte do processo de produção na interação entre seus agentes.

Cruzando com as considerações anteriores, pode haver produção de símbolos sem intervenção do cliente, como no exemplo sobre o desenho de software. Estes símbolos podem ser armazenados, revendidos. Outro exemplo é a produção de música que se vende no CD.



A terceira dimensão não clássica seriam os trabalhos que requerem o trabalho do cliente para que este receba o serviço. Por exemplo, em lanchonetes, em supermercados, onde uma parte do processo tem que ser feito pelo cliente (fazer o pedido no balcão, pegar sua bandeja, levá-la à mesa, descartar os resíduos em uma lixeira; pegar um carrinho, escolher as mercadorias nas prateleiras, fazer fila, colocar as mercadorias nas esteiras automáticas nos supermercados).

Estes trabalhos não clássicos implicam que as interações, a produção de símbolos ou o trabalho do cliente podem gerar ou ser produtos úteis ao homem, que podem ser convertidas em mercadorias em certas condições de produção. Esses símbolos podem ser subjetivados – depositados na subjetividade do público, como na peça de teatro, sem possibilidade de revenda – ou objetivados (existem como produto à margem da subjetividade do designer ou do cliente). Por essa razão, neste último caso, não cabe falar de produção imaterial, considerando por material não só o físico material, mas também o produto do homem que se objetiva, existindo como produto final fora da sua consciência ou vontade.

Todos os trabalhos não clássicos (capitalistas) colocam no centro da atividade a subjetividade dos atores do trabalho, que em suas três dimensões incluem três ou mais sujeitos (empresário ou gerente, trabalhador assalariado e cliente), e não dois como no trabalho clássico. Quanto à subjetividade, é muito esquemático dizer que há de um lado trabalho emocional, de outro estético, e um mais cognitivo. Nesse tema, recorreremos à noção de Gramsci de que toda relação social é caleidoscópica, ou seja, ao mesmo tempo econômica, política, cultural-subjetiva, mas com ênfases diversas. Por exemplo, a relação econômica supõe as três, mas com ênfase na primeira. Estendendo essa forma de raciocinar aos códigos dos significados, poderíamos dizer que em toda relação social existem códigos cognitivos, emocionais, estéticos, morais, e que as relações entre estes se dá através da lógica formal ou do conceito científico, mas também através de formas de raciocínio cotidiano – por exemplo, a metáfora, a analogia, a regra prática, a hipergeneralização, etc. Por esse caminho se chega a uma teoria geral do trabalho: a relação de trabalho é uma forma de relação social, com dimensões econômicas, políticas e culturais-subjetivas; implica ações e interações, as interações supõem intercâmbio de significados, que podem ser negociados, impostos ou rejeitados, gerar cooperação ou conflito.

Entrevistadores: Poderia falar um pouco mais sobre a diferença na abordagem através da ideia de “construção social da ocupação”, em relação à concepção de “mercado de trabalho”?

Enrique de la Garza Toledo: Possivelmente, o conceito que, no caso do trabalho ampliado, sintetiza muitos dos conceitos relacionados e acrescenta outros elementos importantes é o de “construção social da ocupação”. Novamente, é preciso buscar a origem da discussão no trabalho assalariado clássico. O conceito de emprego, entendido como ocupação de assalariados para um patrão, por muito tempo foi pensado abstratamente como resultado do encontro entre oferta de trabalho (força de trabalho, diria Marx) e a demanda por esta. As variáveis centrais que supostamente permitiriam explicar o emprego seriam o salário e o número de postos disponíveis em relação aos solicitantes, assim como o número dos que oferecem trabalho (outros estenderam a análise à família). No entanto, no trabalho assalariado, o chegar à obtenção de um posto de trabalho pode ser detalhado com maior precisão. Pelo lado da oferta de força de trabalho, esta oferta é de fato um tipo de ação empreendida pelos que desejam se empregar e, como todas as ações sociais, parte-se de situações que o futuro trabalhador não escolheu, de postos disponíveis, de suas redes sociais e de suas próprias concepções acerca do trabalho. Parte-se também de certa estrutura da família, de renda, de hierarquias, e do que se considera trabalhos legítimos, de redes familiares, de amizades, de apadrinhamento, que por vez permitem chegar a fontes de emprego. Além disso, quem oferece mão de obra o faz com determinado nível educacional, qualificação e experiência ocupacional, gênero, etnia,



origem urbana ou rural e regional, em certo momento do seu ciclo vital. Por outro lado, está situado em estruturas macro que podem parecer invisíveis para o ator, mas que influem nas suas possibilidades de emprego, como a conjuntura de crescimento ou crise da economia, as estruturas do mercado de trabalho. Pelo lado da demanda por força de trabalho, isso tem a ver com a microeconomia da empresa, o mercado do produto, vendas, investimentos, exportações e a macroeconomia que a impacta (inflação, taxas de câmbio, déficits em conta corrente). Mas também com a configuração sociotécnica do processo de trabalho da empresa (tecnologia, organização, relações trabalhistas, perfil da mão de obra, cultura gerencial e do trabalho) e as estratégias da gerência de gestão de pessoal, de relações trabalhistas, etc. Dependendo do caso, podem influir as políticas sindicais de contratação de pessoal, por exemplo, o dar preferência aos familiares dos empregados. Sem esquecer as restrições das leis trabalhistas ou de seguridade social e os contratos coletivos de trabalho.

No encontro entre oferta e demanda de trabalho estão envolvidos sujeitos que têm interesses, um de ser empregado com certas condições e o outro de conseguir o empregado adequado, mas esses não atuam com inteira liberdade, estão limitados ou impulsionados por estruturas micro, *mezzo* e macro como as mencionadas, mas imbricados nestas os atores concebem a relação de trabalho de acordo com seus interesses, experiências e carga cultural e o encontro pode coincidir os dois lados, ou frustrá-los.

No primeiro tipo de trabalhos não clássicos, a diferença mais substantiva com relação aos clássicos é a presença do cliente no lugar de trabalho e que o produto ou serviço é gerado no momento do consumo (há um produto material que se vende e se consome no restaurante). Logo, a construção da ocupação depende também do consumidor, que não contrata o trabalhador, mas a contratação do trabalhador pela empresa depende daquele que está consumindo o ato do trabalho. Isso quer dizer que a repercussão do mercado do produto sobre o emprego é direta. Essa preferência do consumidor não se baseia só no preço e qualidade do produto, mas também na atenção pessoal, de tal forma que na produção social da ocupação não é possível separar de maneira imediata a demanda de trabalho da demanda do produto, ou ao menos não se dão em fases separadas. Além disso, a pressão por parte do cliente para proporcionar um produto-serviço de qualidade e afetividade adequados permanece em toda a atividade de trabalho, e não faz parte somente do momento de contratação do trabalhador. Ou seja, a construção social da atividade é permanente e pode ser cortada pelo mal relacionamento do trabalhador com o cliente, além do relacionamento com a própria gerência. Do lado do cliente, sua demanda por serviço implica o preço e a qualidade do mesmo, mas dentro da qualidade está o calor da relação com o trabalhador e a organização. Em alguns casos o produto pode ser de compra e venda – compra em um supermercado, serviço tradicional de uma agência bancária –, em outros o produto se consome no local de trabalho – hospitais, hotéis, restaurantes –, mas e todos esses casos a qualidade forma parte integrante do serviço. Este fator pode alterar a demanda do produto e, com isso, afetar o emprego.

A construção social da ocupação se complica em espaços abertos, sejam os trabalhadores assalariados ou trabalhadores não clássicos. A demanda do produto influi diretamente na construção desse tipo de ocupações, depende imediatamente dos clientes. Um condicionante direto dessas ocupações é o mercado do produto, a inflação, o tipo de produto, o nível de renda da publicação. Mas muitos outros agentes podem criar obstáculos para a constituição da ocupação. Primeiro, as possíveis organizações profissionais não sindicais, que podem permitir ou impedir a ocupação, além dos membros da sua comunidade ocupacional ou de outras competidoras. Em segundo lugar, a influência dos atores não trabalhadores que partilham o território, que podem ser agentes públicos intransigentes ou condescendentes, os transeuntes e habitantes da região – cidadão que reclamam da sujeira, da invasão das vias públicas, da delinquência, do ruído. Não se pode esquecer os fornecedores de insumos ou de produtos para a venda, que podem exercer pressão sobre o que se oferece aos clientes



e sobre os preços. Sobre essas construções da ocupação, podem influir as regulamentações urbanas ou rurais, sanitárias, trabalhistas (para quando se empregam assalariados), fiscais, os acordos corporativos entre organizações profissionais e governos. Nesse sentido, não se pode desprezar um conceito ampliado de configuração sociotécnica³ do processo de trabalho, que implique o cliente como dimensão importante.

Nos trabalhos não clássicos de um terceiro tipo, em que se trabalha em espaços fixos e fechados, além do que já foi indicado sobre o trabalho assalariado e para os clientes, fornecedores e mercado do produto, deve-se acrescentar a influência material e subjetiva da família pelas possíveis contradições entre espaço e tempo de trabalho na necessidade de reprodução familiar.

Em todos os casos, as perspectivas dos sujeitos implica que as estruturas como configurações sociotécnicas dos processos de trabalho pressionam, mas não determinam, que essas pressões passam pela subjetividade de tais atores e a construção de controles, regulações ou a própria ocupação implica gerar decisões em interação com outros sujeitos situados também na estrutura do trabalho ou fora dela, e possuidores da capacidade de atribuir significados.

Finalmente, o problema da standardização, rotinização, não é exclusiva das produções materiais, pode haver standardização no trabalho simbólico, por exemplo a repetição de um show sem interação com o público, ou a intenção da engenharia de software de standardizar o desenho de programas, ainda que, no limite, o trabalho de criação-invenção esteja menos sujeito à standardização, como o do artista ou cientista.

Entrevistadores: Entrando agora no debate sobre neoliberalismo. Se, por um lado, o projeto neoliberal tem enfrentado inúmeras críticas por conta das contradições que carrega, você não acha que ele ainda parece ser bastante hegemônico em termos ideológicos, tendo em vista a disseminação do discurso empreendedor e da responsabilização individual? Nesse sentido, não seria o neoliberalismo mais que um modelo econômico, mas um projeto de sociedade?

Enrique de la Garza Toledo: A discussão sobre o que entender por neoliberalismo tem sido relativamente simplificada. Em um texto antigo empreendemos essa discussão⁴. Dizíamos, nesse livro, que neoliberalismo é uma configuração, não é um sistema coerente, implica vários níveis, uns de estrutura, outros de concepções e outros de práticas. Simplificando, implica um primeiro nível macroeconômico e de políticas estatais de abertura das economias, desregulação dos mercados e retirada do Estado do investimento produtivo, mas não dos controles monetários, para evitar a inflação e pressionando os atores pela flexibilidade do trabalho; É também uma forma de Estado, com predomínio do grande capital, seja nacional ou transnacional, que declarou guerra aos trabalhadores e suas organizações, que tem levado à flexibilização das leis trabalhistas, à redução da seguridade social e grandes quedas no salário real a longo prazo; é também uma forma de reestruturação produtiva que tem variado ao longo dos anos, culminando com a rejeição ao pós-fordismo e adoção da *Lean Production*, como forma de organização do trabalho controlada pelas gerências, sem necessariamente uma nova cultura do trabalho ou envolvimento dos trabalhadores e sindicatos em decisões importantes, é a centralidade do conceito de flexibilidade unilateral nas relações de trabalho, cuja subcontratação é uma das formas; é, no plano das concepções, uma teoria econômica, a nova teoria neoclássica, centrada no ator racional e no individualismo metodológico, e, também, uma intenção de estender esses fundamentos racionalistas para o conjunto das Teorias Sociais. Nesse sentido, é, sem dúvida, um projeto de sociedade, não só de modelo econômico, baseado no individualismo, na

³ Entendemos por configuração sociotécnica dos processos de trabalho o arranjo conformado pelo nível da tecnologia, o tipo de organização do trabalho, a forma das relações trabalhistas, o perfil da mão de obra e as culturas gerenciais e do trabalho.

⁴ “La Formación Socioeconómica Neoliberal” - texto completo em: <http://sgpwe.izt.uam.mx/pages/egt>



meritocracia do esforço máximo e na racionalidade individual, seu conceito central não é de igualdade, mas de “liberdade”, entendida como capacidade do indivíduo de fazer sua vontade com a mínima ingerência do Estado.

Entrevistadores: 8) A discussão sobre trabalho não clássico induz a pensar num novo sujeito do trabalho?

Enrique de la Garza Toledo: Sem dúvida, mas esses sujeitos do trabalho não são, se constroem, visto que não basta um condição laboral semelhante para construir um sujeito. Este se conforma dentro de certas estruturas, por exemplo, configurações sócio-técnicas dos processos produtivos, de mercado de trabalho, macroeconômicas, políticas e culturais; mas também em certas relações e ações coletivas; e, com determinadas concepções que permitem identificar coletivamente amigos e inimigos, organizações e projetos de sociedade. Tudo isso não existe atualmente em sentido estrito, temos que lutar para construí-los. Nesta construção, é essencial a reconstrução de utopias possíveis, de uma sociedade diferente da neoliberal, no contexto em que as duas maiores utopias originadas no trabalho, o socialismo e o comunismo, foram deslegitimadas. Ou seja, temos que voltar a discutir na teoria e na prática, como foi feito na década de 1980, sobre o conceito de sujeito social, em especial os sujeitos do trabalho. Eu escrevi um livro denominado “Crisis y Sujetos Sociales en México”, que em seu primeiro capítulo abordava a discussão acerca dos Sujeitos no Debate Teórico, este capítulo está disponível na internet.⁵

Entrevistadores: Em seu texto *La centralidad del trabajo em el siglo XXI*⁶, publicado em 2015 no periódico La Maquilla, ao abordar o pós-modernismo como uma das perspectivas que rejeitaram o trabalho como categoria sociológica central, você destaca o papel as teorias da fragmentação das identidades lideradas por Bauman e Sennett. Em sua opinião, na atualidade, qual o papel do trabalho para a formação da identidade do trabalhador? A partir dessa dimensão, é possível pensar em algum potencial de transformação social?

Enrique de la Garza Toledo: Parecem distantes os dias em que muitas teorias sociais reconheciam a centralidade do Trabalho na sociedade. A crise do marxismo, os novos modelos de produção e de industrialização, o neoliberalismo e a pós-modernidade, junto com a queda do socialismo real, a crise do sindicalismo e suas utopias de sociedade, tem alimentado um estado de ânimo pessimista entre os intelectuais, especialmente entre aqueles que se nutriram das críticas à sociedade capitalista e imaginaram paraísos alternativos.

Não é a primeira vez que os intelectuais se perguntam acerca do futuro do Trabalho, nos anos cinquenta se interrogava o mesmo em relação às primeiras etapas da automatização dos processos produtivos e a industrialização dos sistemas de relações industriais. Naquelas condições, as respostas mais comuns eram otimistas, a automatização contribuiria para a constituição de uma nova classe trabalhadora, que significaria o enriquecimento das tarefas ou a requalificação e vontade de controle sobre seu trabalho pelos novos trabalhadores. A institucionalização das relações entre capital e trabalho, assim como a extensão do Estado benfeitor, fariam inúteis às revoluções, e o bem estar dos trabalhadores e sua influência através dos sindicatos seriam crescentes. Mas a institucionalização das relações entre capital e trabalho na Europa e as visões otimistas acerca da conciliação de interesses entre trabalhadores e patrões foram substituídas pela visão de Braverman, nos anos sessenta, e suas teses sobre

⁵ Toledo, Corral e Melgoza (1988).

⁶ Toledo (2015).



as tendências de desqualificação do trabalho. A partir dos anos oitenta (na Inglaterra, desde os setenta) a articulação entre três processos mudaram os terrenos de encontro entre capital e trabalho: o neoliberalismo como formação socioeconômica alternativa à keynesiana de Estado benfeitor, que alterou os sistemas de relações industriais, em particular a influência dos sindicatos nas políticas econômicas, trabalhistas e de seguridade social; a reestruturação produtiva e dos mercados de trabalho, com a possível conformação de modelos de produção e de industrialização alternativos aos do período anterior, que mudaram as relações de poder dentro dos processos de trabalho; a decadência das ideologias relacionadas ao movimento operário, especialmente aquelas de fundo socialdemocrata e comunista, com suas ideologias de sociedade alternativa ao capitalismo, que deixaram sem imaginário coletivo amplas massas de trabalhadores, estes que ao longo do século XX se mobilizaram na crença de que havia algum projeto alternativo de sociedade. Essas mudanças no mundo do trabalho e sua relação com outros níveis da realidade, especialmente o das relações entre empresários, sindicatos e Estado, influenciou, desde os anos 1980, nas valorizações acadêmicas sobre a importância do trabalho na sociedade. Até meados dos anos 1970, era muito aceita por diversas teorias a centralidade do trabalho no conjunto das relações sociais, como fonte de identidade. A partir dos anos 1990, os interesses dos acadêmicos pelos trabalhadores decaiu substancialmente, por outro lado, não decaiu na mesma medida a importância do trabalho, como atividade (*work*). Isso se pode mostrar através do processo muito dinâmico de criação de teorias nos anos 1980 e 1990 que, de alguma maneira, incluem o trabalho: Regulacionismo, especialização flexível, *lean production*, *industrial governance*, numa medida em que esses marcos teóricos se renovam, em média, a cada três anos. Já no século XXI, há um interesse crescente pelo trabalho nos serviços, com intenção de renovação do próprio conceito de Trabalho: trabalho imaterial, interativo simbólico, não clássico, de cuidado, etc. Além disso, o número de publicações em revistas especializadas, assim como em eventos internacionais – como o Congresso Mundial de Sociologia, a Associação Latino Americana de Sociologia, ou a Associação Latino Americana de Sociologia do Trabalho –, não mostram decadência.

De qualquer maneira, as posições daqueles que seguem estudando o trabalho se dividem, como nos anos 1950, entre as otimistas que veem nos novos modelos de produção uma esperança de libertação do trabalho humano, do seu caráter alienado, rotinizado, com pouco controle do trabalhador, como fonte de novos consensos e identidades com a empresa; e os pessimistas, que colocam ênfase nas novas segmentações do mercado de trabalho, na extensão do trabalho precário e atípico, e veem o toyotismo como uma forma superior de controle gerencial sobre o trabalho. Devem-se incluir dentro dos pessimistas os pós-modernos e “para-pós-modernos”, que acentuam a fragmentação das identidades e a impossibilidade de constituição de sujeitos coletivos do Trabalho.

Desde o início dos anos 1980, apareceram teorizações acerca do “fim da sociedade do trabalho”, que partem de grandes marcos teóricos, como Offe, que às vezes se apoiam na noção pós-moderna de fragmentação, fim das ideologias ou da História, têm como tarefa acabar de enterrar o marxismo, as teorias holistas, sobretudo aquelas suspeitas de revelar a importância do trabalho. Devem-se agregar as versões midiáticas, como a de Rifkin, que fazem balanços superficiais dos efeitos da revolução tecnológica e do futuro do trabalho. Em modalidades muito diversas, parece que esse autores percebem mais do que as transformações concretas do trabalho, a derrubada do socialismo e da classe trabalhadora como sujeito, há uma espécie de regozijo e alívio com o desaparecimento do perigo de uma sociedade não do trabalho, mas dos trabalhadores, então se trataria de fundá-la teoricamente para depois enterrá-la para sempre, para não reviver em algum momento.

Antecedentes dessas perspectivas são os trabalhos clássicos de Tourraine, dos fins dos anos 1960, acerca da sociedade pós-industrial, sociedade do conhecimento e da terceirização,

ainda que naquele momento Tourraine não trouxesse como conclusão o fim das utopias de sociedade, nem do conflito, nem, muito menos, a impossibilidade dos movimentos sociais que lutaram para se apoderar da História. Da mesma maneira, o “Adeus ao proletariado”, de André Gorz, só tem semelhanças formais com as versões atuais de fim do Trabalho. Porque Gorz o escreveu nos anos 1970, quando estavam frescas as mobilizações operárias pelo controle do processo de trabalho, e suas teorias de que todo trabalho é alienado (com exceção dos artistas e cientistas) e a reivindicação da luta pelo não trabalho, encabeçada pela não classe, não é uma visão pessimista, mas uma interpretação da nascente revolução tecnológica, e sua possível utilização para libertação de todo o trabalho através da luta. Neste caminho, o Ofte de princípios dos anos 1980 constitui uma transição entre o otimismo dos anos 1970 e o pessimismo dos anos 1990. Ofte, além de resumir os possíveis efeitos sobre a identidade trabalhadora provocada pela mudanças na estrutura das ocupações, utiliza uma noção que se aproxima, nesse aspecto, do argumento pós-moderno: a fragmentação dos mundos da vida dos trabalhadores e a maior importância na constituição de suas identidades e subjetividades os mundos de não trabalho.

A pós-modernidade nasceu de uma mudança do estado de ânimo da intelectualidade progressista, socialdemocrata ou comunista, que se traduziu na perda do imaginário, da ideia de futuro, de projeto, de organização e, em especial, de reivindicar a classe trabalhadora como sujeito privilegiado para a transformação do capitalismo. Esse pessimismo, produto da grande decepção, tentou ser temperado com a reivindicação de um novo individualismo, visto como sinônimo de liberdade frente a estruturas ou concepções totalizantes, que aprisionavam os indivíduos, tanto no socialismo real quanto no capitalismo organizado. Por isso, concordamos com Callinicos, que disse: “a pós-modernidade não é um conjunto de hipóteses verificáveis, mas uma declaração autobiográfica, o estado de espírito atual de um setor da intelectualidade ocidental, traumatizada pelas decepções do socialismo real e que foi crítica do Estado social”.

O conceito chave pós-moderno é o de fragmentação, do Eu, da cultura, do Sujeito, das relações sociais, da historicidade, a experiência sincrônica substituída pelo simulacro. A sociedade de massas seria a do desaparecimento do sujeito, a massa não tem estrutura, não segue leis, rejeita a História e o Universal, se refugia no consumo. A sociedade pós-moderna inauguraria um novo individualismo, com insegurança na vida privada, nas crenças e nos papéis, com a fratura da personalidade disciplinar fordista, é a sociedade da máxima escolha e do desejo máximo.

A outra chave da pós-modernidade é a crise da razão científica, que fundamentou no passado a ideia de progresso, que encarnou em grandes discursos e em diversas concepções de Totalidade. A verdade é substituída pelo simulacro, com uma reivindicação da teoria dos jogos linguísticos do último Wittgenstein, a verdade se impõe em jogos de poder e, assim, não tem a ver com algo como o “mundo real”, posto que o único real são os imaginários.

O discurso pós-moderno, como disse Callinicos, não se preocupa em verificar suas proposições, possivelmente porque a crença nas capacidades da Ciência também foi questionada, e joga com o impressionismo e o exagero. Por exemplo, a concepção moderna mais articulada e a mais desarticulada são ambas igualmente ontológicas, e se podem lançar muitos contra-exemplos à desarticulação universal, tais como a articulação entre cadeias de contratação ou de clientes e fornecedores. Acerca do fim das grandes narrativas, sem dúvida que entre os anos 1970 e 1980 houve uma grande transformação dos paradigmas dominantes em quase todo o século XX, em particular a crise do marxismo soviético e o estruturalismo, mas, simultaneamente, a emergência de antigos e novos grandes discursos, as teorias da escolha racional, a agência, a hermenêuticas e mesmo a pós-modernidade. As ideias de progresso socialista ou de capitalismo interventor sem dúvida entraram em crise, mas foram substituídas por uma nova ideia de progresso, a neoliberal. O positivismo estava em crise desde os anos 1960, nos anos 1970 seguramente, mas de qualquer maneira a epistemologia da ciência reconhece ao menos três correntes poderosas atualmente, a pós-estruturalista e relativista, a analítica e a hermenêutica não radical; além



disso, os pesquisadores sociais contemporâneos não podem ser pós-modernos extremistas, implicaria sua extinção como cientistas, de tal forma que seguem pesquisando de maneira positivista ou adotaram a pós-modernidade *light*, através de métodos compreensivos para interpretar.

Ou seja, o “programa” pós-moderno extremista é inviável e, como disse Alexander, a euforia pós-moderna dos anos 1980 foi seguida pela ressaca do neoliberalismo, que polariza, não elimina a pobreza, e nesta medida o homem pós-moderno hedonista tende a desaparecer, centrado no consumo.

Mas o Offe do início dos anos 1980 era, todavia, otimista acerca dos efeitos da revolução tecnológica, esta poderia permitir, segundo este autor, o aumento do tempo livre. De Offe ao “fim do trabalho” de Rifkin há uma passagem que implicou neste caminho a consolidação das políticas neoliberais em quase todo o mundo, a perda da influência sindical nessas políticas (com diferentes intensidades), a difusão das mudanças tecnológicas e organizacionais e a flexibilidade do mercado de trabalho, a persistência de níveis altos de desemprego na Europa, a extensão dos trabalhos precários e atípicos. Isto é, o panorama futuro não parecia promissor para o emprego nem para os sindicatos.

Contudo, a pós-modernidade cedeu ante a realidade da “nova economia”, da polarização, da grande concentração de renda, de aumento das jornadas de trabalho, ou seja, as lutas pelo não trabalho não superaram os primeiros anos da década de 1990 na Europa e, inversamente, foi estendida a precarização do mesmo. Nesse sentido, as teorias do fim do trabalho também mudaram, foram substituídas pelas da fragmentação das identidades, que já não destacam o hedonismo do consumidor.

Nenhum dos autores que mencionaremos agora reconhece que é pós-moderno, no entanto, a preposição “para” em espanhol significa dirigir-se à, aproximar-se. Nessa medida, mostraremos que a denominação é justa. Uma particularidade dos para-pós-modernos é que focam sua artilharia especificamente contra o Trabalho, enquanto a proposta pós-moderna é mais geral, contra as concepções modernas. Esses autores partem de algo já observado nas teorias do fim do trabalho, a heterogeneidade das ocupações, mas acrescentam o que não ficava claro até a década de 1990, que o eixo dessas transformações não é simplesmente a heterogeneidade, mas a flexibilidade do trabalho. Muito se escreveu sobre a flexibilidade do trabalho, pode ser a flexibilidade dentro do processo de trabalho, associando-se a ideia de mobilidade interna entre postos e, principalmente, de polivalência; esta flexibilidade não supõe necessariamente a expulsão de trabalhadores e não é a que interessa para os para-pós-modernos. Pode ser também a flexibilidade no encontro entre oferta e demanda de trabalho, que implica eliminar restrições ao livre fluxo de trabalhadores e à livre decisão do empregador, esta flexibilidade tem a ver com os pós-modernos, mas não é o foco principal da sua atenção. A flexibilidade também se relaciona com o sistema de relações industriais, isto é, das leis trabalhistas, a contratação coletiva e os acordos entre Estado, sindicatos e empregadores. Os para-pós-modernos entendem por flexibilidade à vinculada com a fragmentação das carreiras ocupacionais e biografias, a curta permanência em uma ocupação e a alternância entre desemprego e outras ocupações diversificadas. Essa maneira de ver a flexibilidade tem a ver com as limitações atuais ao pleno emprego típico, com jornada completa, por tempo indeterminado, protegido pelos contratos coletivos e os sindicatos. Por sua vez, a ocupação flexível seria insegura. Essa flexibilidade na trajetória ocupacional provocaria uma desestruturação nas relações de trabalho, com a instabilidade não haveria clareza sobre quais seriam os grupos de pertencimento. A flexibilidade também é de tipo geográfico, posto que a flexibilidade, assim entendida, pode implicar a mobilidade territorial do trabalhador em busca de emprego. Além da flexibilidade nas relações pessoais e familiares. Logo, o trabalho apareceria como uma colagem de fragmentos de experiências, sem enraizamento em nenhum grupo social determinado, a desestruturação do sentido de tempo e espaço, a superficialidade nas relações sociais. Deve acrescentar que:

- 1) As teses para-pós-modernas que podem ser sintetizadas nas posições anteriores utilizam metáforas como trabalho, amor e identidade líquidos, categorias zumbi, “comunidades de guarda roupa”, corrosão do caráter. Nenhum desses conceitos metáforas são realmente desenvolvidos, no sentido de precisar sua definição e a relação com outros conceitos, permanecem em sua função de impressionar emocionalmente e através de imagens de linguagem cotidianas. O uso da metáfora não é preocupante, é parte das noções que muitas vezes antecedem os conceitos teóricos, mas no caso dos para-pós-modernos parecem mais destinadas a alimentar, impressionar, e impactar um estado de ânimo próprio da derrota e perda de esperança, iniciado desde os fins dos anos 1970, exortando a aceitar a nova realidade do capitalismo. A categoria zumbi é para deslegitimar a quem contrarie o fim dos grandes projetos e sujeitos, tachando-os de “mortos vivos”; A “liquefação” de tudo, da identidade, da personalidade, do amor, é a debilitação dos vínculos sociais pela fragmentação; as “comunidades de guarda roupa” mudam segundo a ocasião da trajetória ocupacional e da vida fragmentadas.
- 2) O estilo impressionista se complementa com a inserção de frases impactantes para apoiar as proposições anteriores, retiradas do contexto dos clássicos da filosofia, das ciências sociais, das ciências naturais. Apoiadas na literatura, em declarações de dirigentes políticos, na publicação de notícias nos meios de comunicação ou espetacularizações, com informação não sistemáticas de fontes secundárias, observações tampouco organizadas, relatos de outras pesquisas ou impressões cotidianas. Ou seja, em vez da prova “empírica”, recorre-se à argumentação, sem desenho de investigação, nem quantitativo nem qualitativo, a partir de uma colagem de fontes de modo a mostrar o que se quer afirmar. O mesmo se pode dizer do manuseio dos dados empíricos, que estão longe de uma sistematização rigorosa ou da constatação da validade de suas fontes, que podem ser dados retirados de um jornal ou declarações de empresários, os números são assumidos com extrema liberdade, sem aparato crítico, desde que demonstrem as teses que se deseja difundir. Nenhum dos textos para-pós-modernos pode reivindicar ser uma sistemática e rigorosa investigação quantitativa ou qualitativa, seu estilo se aproxima do jornalismo e a função do dado não é demonstrar, mas impactar, utilizando-se também uma linguagem sedutora e facilmente assimilável por um público amplo, de tal forma que o leitor fica seduzido com facilidade, no que parece ser uma denúncia acerca dos males da flexibilidade, encobrendo as suposições mais profundas.
- 3) Essas suposições implicam uma hipótese central de que, durante o período do socialismo real ou do Estado social, o Homem estava dominado por estruturas burocráticas e concepções estruturalistas que lhe atribuíam uma posição na sociedade ou uma tarefa histórica a desempenhar, ambas cortavam sua liberdade. Portanto, o que faria o Homem infeliz seria seguir atrelado aos grandes projetos ligados a grandes utopias, estruturas, burocracias ou organizações. De cada texto para-pós-modernista, dedicam-se 90% rasgando as roupas sobre a infelicidade dos novos homens flexíveis da nova economia, por isso, leituras pouco cuidadosas entendem os para-pós-modernistas como críticos do neoliberalismo, apesar destes concluírem que o que chamam de “Nova Economia” chegou para ficar, restando a adaptação.
- 4) Se, por um lado, os para-pós-modernos não desconhecem as penalidades da transição da sociedade anterior burocratizada à flexível, afirma-se sem ambiguidades que a situação anterior é melhor que a jaula de ferro burocrática anterior. A nova economia flexível tem o potencial de liberdade sob a condição de que se opere uma mudança cultural no sentido de aceitar a flexibilidade, desprender-se da ideia anterior de trabalho seguro e adquirir rapidamente as habilidades adequadas às ocupações instáveis.
- 5) Entretanto, reconhecem que o mercado não pode fazer o que quiser com a flexibilidade do trabalho. Assim, aparecem como reformadores do neoliberalismo,



visto que não se trata de mudar sua essência, mas de desenhar “instituições remendo” que atenuem os choques da flexibilidade entre os menos aptos – em termos de qualificações e psicologicamente – para essa grande transformação. Sobre as instituições remendo que propõem, umas parecem inofensivas e de pouca efetividade, como a mudança de função dos sindicatos para uma espécie de agências de emprego para os afiliados que fiquem desempregados, ou fomentar o espírito de que nem todo trabalho deve ser mercantilizado. Outras são contraditórias com seus próprios pressupostos, os para-pós-modernos costumam propor “categorias zumbi” próprias, segundo eles, do Estado Social, como assegurar a toda população um salário mínimo ou a “flex-segurança” (como fundos estatais para os que fiquem temporariamente desempregados por conta da flexibilização).

As doutrinas – seria exagerado chamá-lhes teorias – para-pós-modernas retomam da pós-modernidade, sobretudo o conceito de fragmentação, o convertem em sua proposição sociológica central, retomam fragmentos de teses de outras teorias, sobre terceirização, novas qualificações, trabalhos informais, inseguros, excludentes, atípicos, sem originalidade. Mostram, de maneira impressionista, os males provocados por essa flexibilidade, mas na sua fobia contra o Estado Benfeitor, capitalista ou socialista, se tornam sustentadores das reformas neoliberais do capitalismo – que chegaram para ficar, como diz Bauman –, as quais podem ser suavizadas através de “instituições remendo”, como mencionamos. Nessa lógica, o papel do capital transnacional fica obscurecido por um sistema impessoal que se impõe. Assim, a para-pós-modernidade é uma versão neoliberal da pós-modernidade, que não assume (ao menos, não explicitamente) a negação da razão científica. É nessa medida que suas proposições tomam a forma de “pseudohipóteses” científicas, ilustradas através de argumentos e dados escolhidos de modo a afirmar as proposições que se quer apoiar.

Referências

TOLEDO, E. G. La centralidad del trabajo en el siglo XXI. *La Maquila: Revista del Grupo de Estudios Interdisciplinarios del Trabajo*, Ñuñoa, ano 1, n. 1, p. 12-14, 2015. Disponível em: <<http://sgpwe.izt.uam.mx/pages/egt/publicaciones/articulos/MaquilaDelaGarza.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2016.

TOLEDO, E. G. Trabajo no clásico y flexibilidad. *Caderno CRH*, Salvador, v. 26, n. 68, p. 315-330, 2013. Disponível em: <<http://www.cadernocrh.ufba.br/viewarticle.php?id=1210&layout=abstract&OJSSID=6f86be14239721eab1efc70c5cf4edd9>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

TOLEDO, E. G.; CORRAL, R.; MELGOZA, J. *Crisis y reestructuración productiva en México*. Iztapalapa: Universidad Autónoma Metropolitana, 1988. Disponível em: <<http://sgpwe.izt.uam.mx/pages/egt/publicaciones/libros/crisis%20y%20reestructuracion%20productiva%20en%20mexico/Crisisyreestructuracionproductivaenmexico2%20.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2016.